

RELAÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA COM O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: VISÕES DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS DE VITÓRIA/ES⁸⁶

Victor José Machado de Oliveira

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil

Izabella Rodrigues Martins

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil

Valter Bracht

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil

Resumo

Trata do tema da educação para a saúde em escolas públicas no município de Vitória/ES a partir do Programa Saúde na Escola (PSE) e suas relações com a Educação Física (EF). Um levantamento revelou a inexistência de projetos sobre o tema da saúde vinculados à EF. Isso ensejou o desenvolvimento de um projeto de formação continuada com seis professores de EF desta rede, a partir dos princípios da pesquisa-ação. De acordo com os dados produzidos e apesar da EF não ser citada diretamente nos documentos do PSE, existem potenciais relações a serem desenvolvidas. Contudo, há pouca clareza por parte dos profissionais da educação e da saúde sobre como implementá-lo, o que indica a necessidade de formações que capacitem esses agentes a desenvolverem as ações previstas no programa.

Palavras-chave: Saúde Escolar. Promoção da Saúde. Educação Física e Treinamento.

Introdução

É possível identificar atualmente, um forte investimento em pesquisas e o desenvolvimento de programas e políticas governamentais que se concentram em torno da promoção da saúde, o que demonstra a preocupação e atenção que tem alcançado essa temática. Em especial, a escola tem sido *locus* de ações para a promoção da saúde, inclusive, com a criação recente do Programa Saúde na Escola (PSE).

Instituído através do Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007 o PSE consiste em um programa de ação intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação, que “tem [a] finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde” (BRASIL, 2007). Segundo o *Instrutivo PSE*, essas ações políticas intersetoriais buscam a melhoria da qualidade de vida da população brasileira (BRASIL, 2011b).

⁸⁶ A presente investigação recebeu auxílio financeiro (modalidade bolsa de mestrado) da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

Os objetivos principais do programa se concentram em fortalecer/articular os vínculos e ações das redes públicas da educação básica e da saúde (Sistema Único de Saúde – SUS) para promover a saúde, cultura da paz, formação integral, cidadania e direitos humanos, fortalecendo, dessa forma, a participação comunitária e o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometam o pleno desenvolvimento escolar (BRASIL, 2007).

Para alcançar tais objetivos, o PSE está organizado em quatro componentes que orientam as ações a serem desenvolvidas: I – Avaliação das condições de saúde; II – Promoção da saúde e prevenção; III – Educação permanente e capacitação dos gestores, profissionais e jovens; IV – Estudos para monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes⁸⁷ (BRASIL, 2011b).

Esses componentes são eixos que se relacionam complexamente, o que pode gerar distintas práticas de *educação para a saúde*. O PSE, ao considerar a saúde enquanto uma produção social, propõe a participação ativa dos sujeitos, visibilidade dos fatores de risco e desenvolvimento de estratégias e ações para a saúde (BRASIL, 2011b). Busca-se ultrapassar a concepção negativa de saúde, indicando que adoecer faz parte da vida e que a saúde é a forma de se lidar com esses “riscos”, e superá-los para, assim, instaurar uma nova norma individual. As ações desse programa devem ser promovidas como uma experiência de inovação positiva do ser vivo e, nesse sentido, não basta apenas indicar e fazer “emergir” o patológico; é necessário capacitar as pessoas para superarem e resistirem às infidelidades do meio (CANGUILHEM, 2002).

O PSE chega a Vitória no ano de 2008⁸⁸ em oito escolas. Mas, somente a partir da portaria interministerial nº 1.910, de 8 de agosto de 2011 (BRASIL, 2011a) todas as escolas do município são contempladas com o programa. De acordo com um levantamento geral dos projetos contidos nos Planos de Ação⁸⁹ das Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), realizado em 2012, pela Secretaria de Educação deste município foram encontrados poucos projetos que apresentavam afinidade com as ações previstas no PSE⁹⁰.

Com relação à Educação Física (EF), nenhum projeto foi listado no referido levantamento. Nesse sentido, buscamos nos Planos de Ação das EMEF's informações pertinentes a essa disciplina⁹¹. No levantamento realizado, conseguimos perceber que, em sua

⁸⁷ Aqui temos, por exemplo, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE (BRASIL, 2009a).

⁸⁸ Contudo, Vitória já realizava ações de saúde nas escolas. Em 1983 foram desenvolvidas ações de controle e prevenção de doenças (viés assistencialista). No ano de 1991, houve uma mudança na concepção de saúde para uma abordagem participativa – possível mediante a parceria com o Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Espírito Santo (SILVA, 2012).

⁸⁹ O Plano de Ação é um elemento, do Projeto Político Pedagógico da escola, que apresenta as ações para o ano corrente.

⁹⁰ Esse levantamento foi obtido intermédio o contato com a Secretaria de Educação através da coordenadora responsável pelo PSE nesta secretaria. Dos 162 projetos listados, encontrou-se temáticas sobre: alimentação saudável (3,09%), horta (4,32%), drogas (3,09%), bullying (1,85%), violência (1,23%), sexualidade (4,32%), saúde e higiene bucal (3,09%).

⁹¹ Das 53 EMEF's obtivemos acesso à 24 Planos de Ação. Limites tais vinculam-se às dificuldades de acesso às escolas, burocracia para liberação dos planos de ação e, em alguns casos, a ausência desses.

grande maioria, os projetos tematizavam o *desporto escolar* e outros, a *ginástica artística e dança*. Tal cenário parece indicar a influência “esportivista” em que se articulam os esportes/ginástica ao discurso da saúde como elementos indispensáveis à formação de praticantes de atividade física e descoberta de talentos esportivos (OLIVEIRA, 2009).

Lupton (2000) coincide com Bracht (1999) ao afirmar que dentre as várias ideologias que circulam dentro da EF, a mania de “saúde” e a valorização do condicionamento físico (aptidão física) se mostram como um instrumento que leva à “boa” saúde. Nessa esteira, problematizamos: deveria ser a EF um lugar para o desenvolvimento exclusivo da saúde (biológica) ou um espaço de promoção da *educação para a saúde*? Compreendemos que quando a saúde é tematizada na escola, para além de uma visão reducionista, ela pode emergir nas práticas com a envergadura construtora de competências relevantes para a saúde – e não, simplesmente, ser entendida como resultado de uma causa, no caso, a atividade física.

Outra problemática refletida a partir desta primeira aproximação com o PSE consiste na visão desse programa enquanto uma ação “exógena” na escola. Nesse momento, nos preocupamos principalmente com a EF escolar diante a interface relacional entre os campos da educação e da saúde. Diferentemente das outras disciplinas escolares, a EF é uma área que forma profissionais/professores para atuar nesses dois campos. A EF no campo da saúde pública, dentro de uma perspectiva sistêmica, está inserida no SUS com todo um conjunto de prescrições, possibilidades e articulações, ou seja, ela lida com um trabalho multiprofissional (em que a figura do médico ainda é central). No campo da educação, ela é uma disciplina que está inserida dentro do sistema nacional de educação e possui uma matriz curricular específica.

A questão que nos preocupa é que o PSE, sendo um programa oriundo do Ministério da Saúde, pode, dependendo do modo como é desenvolvido, se transformar em um projeto exógeno que venha a ocupar o “lugar vazio” da EF escolar, talvez aquele relacionado ao desinvestimento/abandono pedagógico (MACHADO *et al.*, 2010). Nesse sentido, uma pergunta é necessária: o PSE afeta a natureza disciplinar específica da EF na escola? Ou seja, esse programa tem “substituído” a grade curricular específica que essa disciplina tem constituído em sua recente história? Compreendemos que o PSE deve ser um objeto de investigação e discussão por parte dos agentes escolares (especialmente os professores de EF) para que não se torne uma ação invasora aos princípios da EF previstos no sistema nacional de educação.

Ficou clara então, a importância da realização de investigações no campo empírico para analisar o fenômeno que se tem estabelecido nas escolas em relação à promoção da saúde, via PSE. Nesse sentido, pretendeu-se contribuir para a reflexão da atuação de profissionais da educação e da saúde nas ações escolares em vista de uma educação para a saúde e, também, identificar problemáticas e núcleos de bom senso para a melhoria da prática pedagógica em EF (BRACHT *et al.*, 2007). Nesse sentido, o escopo deste texto é apresentar reflexões sobre as relações da EF com o PSE e as visões dos professores dessa disciplina sobre o programa.

Metodologia

A metodologia consistiu na aproximação com o campo das práticas pedagógicas relacionadas à educação para a saúde, na rede municipal de Vitória/ES. Num primeiro momento, foi realizado um mapeamento dos documentos oficiais do Governo Federal sobre o PSE e uma aproximação com a Secretaria de Educação e nas EMEF's de Vitória para coleta de informações sobre o programa (apresentados na introdução).

Em tal contexto, foi sugerida a oferta de uma formação continuada que tematizasse a saúde nas aulas de EF para professores dessa disciplina das EMEF's de Vitória. A partir do convite, estendido a todos os professores de EF da rede, apenas dezoito se inscreveram e somente seis permaneceram até o final da formação.

Para conformar a formação continuada, nos valem dos princípios da pesquisa-ação que, segundo Thiollent (1985) e Elliott (2000), tem duplo objetivo: produzir conhecimento sobre um determinado fenômeno e, simultaneamente, intervir na realidade a partir desse conhecimento, ao mesmo tempo que colabora com a formação dos envolvidos. Nesse caso, procurávamos colaborar na transformação da realidade que expomos na introdução. Mesmo que tal problemática tenha (parcialmente) surgido anteriormente ao contato com os professores, o mesmo foi partilhado, aceito e alterado constantemente pelo coletivo que se estabeleceu.

O trabalho foi organizado a partir das experiências dos professores com o tema da saúde e teve um total de dez encontros. Nos encontros foram trabalhados textos na temática da formação⁹², (re)construção de projetos/ações voltadas à educação para a saúde e concretização na prática desses projetos.

No presente texto, fazemos a opção de dar visibilidade a apenas um ponto específico que emergiu nas análises⁹³. Apesar do foco maior da formação estar concentrado nos projetos de intervenção, foram muitas as referências dos professores às relações que esses estabeleceram com o PSE. Portanto, utilizamos somente as incidências obtidas a partir das ferramentas de produção de dados (diário de campo da formação, transcrição de áudio da formação e entrevistas semi-estruturadas) em que o programa é referenciado.

Nos aspectos éticos, a investigação foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (parecer nº 226.854). Os professores foram esclarecidos que poderiam deixar a pesquisa a qualquer momento sem prejuízos e que suas identidades seriam preservadas em sigilo – assim, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As relações dos professores com o PSE

Em recente estudo, Santos & Mezzaroba (2013), a partir de uma pesquisa documental, sinalizam que não existe nenhuma citação direta da EF nos documentos do PSE – e, portanto, não haveria uma relação entre esses dois. Apesar disso, os autores comentam que o esporte, citado naquele programa, é um elemento relacionado a essa disciplina (SANTOS; MEZZAROBA, 2013).

Contudo, temos considerado que existem potenciais relações entre o PSE e a EF escolar mediante o componente de trabalho voltado à “promoção das práticas

⁹² Aqui indicamos eles: Knuth, Azevedo & Rigo (2007), Farinati & Ferreira (2006), Kottmann & Küpper (1999), Bracht (2013) e também um blog de uma professora (<http://pensandoaedfescolar.blogspot.com.br/>).

⁹³ Para uma visualização completa da investigação, sugerimos a consulta do trabalho na íntegra em Oliveira (2014).

corporais/atividade física⁹⁴” (BRASIL, 2011b). Nesse caso, ainda é necessário delinear quais são as reais possibilidades dessa relação em vista de não prejudicar a prática pedagógica dessa disciplina, instituída mediante os esforços de constituição do currículo de base comum com conteúdos advindos da cultura corporal de movimento.

Acreditamos que, a partir das análises produzidas neste estudo, possamos contribuir de alguma forma nessa discussão. Para tanto, apresentamos algumas das visões dos professores que participaram da formação continuada. Inicialmente, vejamos o apontamento:

Alguns professores relataram que participaram do levantamento de dados referentes a aferição de altura, peso, IMC [...]. Já outros disseram que foram os profissionais da saúde que fizeram esse trabalho com os escolares. Isso ocorreu porque houve resistência de alguns professores em relação ao desenvolvimento desse trabalho. (Diário de campo – 04/06/13).

Aqui são apresentados dois tipos de relação dos professores com o PSE: a aceitação de um grupo e resistência de outro em realizar aferições antropométricas. A justificativa para a realização desse trabalho, nas aulas de EF, se deve ao imaginário social tradicional sobre os objetivos dessa disciplina – desenvolver a saúde física dos alunos. Entretanto, a legislação referente ao PSE diz que é dever dos profissionais da saúde avaliar as condições de saúde dos escolares (BRASIL, 2007).

Ambiguamente, a cena nos indica que a aceitação ou não dos professores em cederem suas aulas para o desenvolvimento dessas atividades, tem forte relação com as próprias concepções de saúde que esses possuem. Compreendemos que, quando os escolares são tomados como uma série de números e medidas sob a lógica biomédica (CARVALHO, 2005), as práticas e intervenções, calcadas na concepção negativa de saúde (como ausência de doença), são reduzidas a uma visão estritamente biológica do movimentar-se humano.

Além disso, paradoxalmente, esses dados quantitativos, produzidos no contexto escolar, muitas vezes não retornam à escola. Isso é percebido no relato: “Para os professores, existem ações nesse sentido. Entretanto, emergiu o questionamento: ‘e o retorno?’” (Diário de campo – 04/06/13). Se pensarmos em um contexto macro, por exemplo, a PeNSE (BRASIL, 2009a) traz um retorno dos levantamentos estatísticos de índices relacionados à saúde dos escolares. No entanto, os professores relatam que esses próprios dados não chegam à escola e muitas vezes não apresentam uma linguagem acessível para aqueles que trabalham nesse espaço.

Percebe-se que a construção de projetos orientados numa concepção ampliada de saúde⁹⁵ pode colaborar para uma nova orientação das práticas em educação para a saúde nas aulas de EF. Esse processo auxiliaria na resignificação da esfera biológica que agora passaria a ser vista como integrante de uma totalidade do desenvolvimento dos escolares. Outro ponto que podemos extrapolar, a partir dessa análise, é de que a EF não deve estar preocupada em

⁹⁴ Esse subcomponente se liga ao componente II - Promoção da saúde e prevenção (BRASIL, 2011b).

⁹⁵ Aqui entendemos por concepção ampliada de saúde aquela que rompe com o modelo restrito (ausência de doença). Esse movimento abrange uma série diálogos realizados na Saúde Coletiva. Para mais informações sobre algumas concepções ampliadas de saúde ver Lunardi (1999).

desenvolver o papel de medição dos alunos, mas sim deve se concentrar no trabalho de desenvolvimento de uma educação para a saúde através da tematização das práticas corporais (KOTTMANN; KÜPPER, 1999), onde a medição, se for o caso, é apenas parte de um processo mais amplo.

A ideia de educação para a saúde tem grande afinidade com a tese de que a saúde é para a EF uma questão pedagógica (BRACHT, 2013). Por isso que, ao relacionar-se com as ações de trabalho do PSE, essa disciplina pode contribuir na perspectiva pedagógica de ensinar os escolares a construírem competências relevantes para a saúde⁹⁶ e, assim, a obterem experiências positivas no campo do jogo, esporte e movimento, o que levaria a inclinação para uma atividade de movimento durável (KOTTMANN; KÜPPER, 1999).

Agora vejamos o seguinte relato: “houve consenso em relação a questão da falta de informações e orientações sobre as tarefas do PSE a serem desenvolvidas no espaço escolar” (Diário de campo – 04/06/13). Apesar de toda legislação disposta sobre o PSE, o relato indica que pouco ainda está operacionalizado no cotidiano das escolas e das Unidades Básicas de Saúde (UBS). Faltam informações e orientações referentes ao programa e formações específicas para os profissionais da educação e da saúde.

Um ponto interessante de se destacar nos debates da formação foi registrado a partir da indagação sobre os objetivos (operacionais) do PSE: “houve consenso dos professores de que é necessária a definição das tarefas a serem desenvolvidas pelos profissionais da educação e da saúde” (Diário de campo – 04/06/13). Os professores se preocupam (ou se preocuparam) com a operacionalização do PSE nos cotidianos escolares. Notam a necessidade de definir essas ações tanto quanto de serem ofertadas formações para esses profissionais – que são previstas nas bases legais do programa (BRASIL, 2011b). Entretanto, conforme o relato, na prática, pouco ainda tem acontecido, o que tem gerado nos professores a necessidade de terem acesso a formações específicas sobre o programa.

Outra ação prevista no PSE, é a inserção de projetos relacionados à saúde nos PPP's das escolas. Com relação a esse fato:

[...] a fala de uma professora retratou sua indignação: ‘isso daí se tornou uma piada’. Segundo ela, foi realizado um árduo trabalho na construção do PPP em sua escola (o qual ela participou ativamente), mas, com a mudança da gestão os documentos se perderam e ninguém deu conta de nada. (Diário de campo – 04/06/13).

Não obstante essa realidade, a construção do PPP nas escolas revela os entraves que os sujeitos enfrentam ao lidarem com as mudanças de gestão, com a burocracia, com a falta de compartilhamento dos documentos, etc. Podemos interpretar esse fato intermédio o conceito de política-vida, centrado no que as “pessoas podem fazer elas mesmas e para si próprias, cada uma para si” (BAUMAN, 2001, p. 84), ou seja, quando os agentes escolares estão preocupados somente em resolver seus problemas individuais, os mesmos só agem quando lhes convém.

⁹⁶ Essas competências se dividem em três planos: o *pessoal-individual* onde os alunos perceberão as modificações biofisiológicas e afecções psíquicas relativas ao seu corpo quando em movimento; o *social* onde se perceberá as inter-relações nas ações de movimento e seus significados para o bem estar de todos; o *ecológico* que se liga à percepção do meio ambiente como meio importante para o movimento e a promoção da saúde (KOTTMANN; KÜPPER, 1999).

Percebe-se que essas problemáticas interferem na implementação do PSE nas escolas, principalmente no tocante às ações relacionadas à educação para a saúde. Contudo, a construção do senso da Política, com P maiúsculo, se dá mediante a conscientização das possibilidades de um coletivo buscar resolver seus problemas de forma compartilhada e comprometida com sua comunidade para um bem comum (BAUMAN, 2001). As discussões realizadas no interior da formação representam o início da constituição de um grupo preocupado em compartilhar seus anseios e necessidades para solucioná-los coletivamente: “como percebido nas falas dos professores, esses estão interessados em ampliar suas práticas em relação ao tema” (Diário de campo – 04/06/13).

Como ressaltado anteriormente, o componente do PSE, “Promoção das práticas corporais/atividade física”, foi visto, inicialmente, como uma das entradas potenciais da EF nesse programa. Contudo, a partir das visões dos professores, foi percebido que essa ideia pode (e deve) ser ampliada. No campo das práticas pedagógicas, podemos considerar que a intencionalidade dos professores em ampliar suas práticas em relação ao tema é um aspecto necessário para a inovação pedagógica (FARIA *et al.*, 2010).

Apesar de todo o processo de reflexão e ampliação das visões sobre a saúde e do próprio PSE, consideremos o seguinte relato:

Segundo o professor Vini, o PSE ainda não está claro para a escola e UBS (Unidade Básica de Saúde). As equipes da saúde ainda vão à escola para coletar dados biofisiológicos dos alunos e para separar à margem aqueles que estão fora da norma. Para ele, é necessário pensar para além do estigma restrito e ampliar o conceito e práticas de saúde. Uma das formas, é o trabalho a partir da concepção de práticas corporais. Outra questão ressaltada foi que a saúde não deve ser um tema da EF, mas sim de toda a escola (Diário de campo – 02/12/13).

O presente relato indica a necessidade de um maior esclarecimento dos pontos referentes ao PSE, tanto para as escolas quanto para as UBS. O relato do professor coaduna com autores que discutem a ampliação do conceito e práticas de saúde, de uma concepção negativa e restrita para uma concepção positiva e ampliada (CANGUILHEM, 2002; CARVALHO, 2005; 2006; BRACHT, 2013). Ao citar a concepção de práticas corporais, para a realização de um trabalho ampliado com o tema da saúde, o professor nos leva a refletir, junto a Damico & Knuth (2014), que, apesar desse conceito representar um contraponto ao conceito de atividade física, ele ainda é inoperante nas ações cotidianas da EF. Uma questão que surge como imperativo em sua fala, é a necessidade de tomar a saúde como um tema *da* escola (e não *na* escola) – e nesse sentido, a EF pode contribuir, a partir de sua especificidade para uma educação para a saúde.

Além dessa visão, compreendemos que a instituição de territórios intersetoriais (Escola/UBS) é um imperativo do PSE. O seguinte diálogo expressa essa questão:

Professora Daiana: [...] como a gente está longe também do universo da escola com as outras secretarias. Esse diálogo não existe. Não estou falando nem da EF, eu não estou falando nem das outras disciplinas. Eu estou falando que a escola, sendo um ambiente maior, mais amplo, deveria dialogar mais de perto com as UBS.

Professor Jaime: Mas esse momento aqui é pra isso. Para o professor de EF até trazer outros para alcançar esse avanço. A partir de agora a gente está mais focado nisso. Saber que está acontecendo, que existe isso e buscar esse diálogo, essa aproximação com as secretarias, de outras disciplinas. (Áudio da formação – 08/07/13).

O relato confirma a visão de que a saúde deve ser um tema da escola. A professora Daiana observa a falta de um maior diálogo intersetorial entre as secretarias que compõe o PSE e um distanciamento entre as escolas e as UBS. Ressalta, então, a necessidade de desenvolvimento de diálogos entre essas duas instituições públicas. No diálogo, o professor Jaime destaca a importância da formação, na aproximação do grupo com relação ao PSE, para a busca de possíveis contatos. Isso tem forte relação com a ideia dos professores, enquanto multiplicadores dos conhecimentos e habilidades produzidos durante a formação. Elementos como esses podem potencializar as relações de reconhecimento (FARIA, 2012), uma vez que os professores de EF podem assumir uma postura participativa em seu cotidiano.

Primeiras aproximações entre uma Escola e uma Unidade Básica de Saúde: a mediação de uma professora de EF

Um último ponto a ser ressaltado está na ampliação das ações intersetoriais no PSE. Essa foi uma ação empreendida pela professora Daiana em busca de realizar uma mediação para o estabelecimento de uma aproximação entre sua escola e a UBS – compreendida como uma importante demanda do PSE (BRASIL, 2011b).

Inicialmente, apresentamos a ideia de saúde da professora:

Hoje, eu tenho duas visões de saúde: a visão de saúde no trabalho na secretaria de saúde e a visão de saúde na escola. Eu vejo que as duas não conseguem se aproximar unindo forças, eu vejo que existe um conceito de saúde que o posto de saúde quer trazer pra cá, são os projetos como o PSE que tem que fazer determinadas ações aqui. (Entrevista professora Daiana).

Dentre os outros professores, Daiana apresentou um diferencial em sua atuação profissional, pois atua no campo escolar tanto quanto no campo da saúde pública⁹⁷. O relato reforça a ideia do PSE enquanto um programa “exógeno” que, em sua visão, pode levar o campo da saúde à subordinar o campo da educação. Entretanto, uma visão ampliada sobre os campos da educação e da saúde em Vitória, auxiliou a professora a intermediar a aproximação entre sua escola e a UBS de uma forma em que ambas pudessem dialogar sem uma concorrência subordinadora. E nesse caso, deve-se prevalecer a ideia de que a saúde *na* escola é uma questão *da* escola! E que, nesse caso, não cabem ações colonizadoras, mas sim diálogos e aproximações que visem a promoção da saúde de acordo com as reais necessidades que emergem em cada contexto educacional.

Extrapolando o relato da professora, percebemos o seguinte caso apresentado nos documentos do governo. Segundo os Cadernos de Atenção Básica – Saúde na Escola (BRASIL, 2009b), as Equipes de Saúde da Família (eSF) são os agentes responsáveis por desencadear iniciativas de promoção da saúde nos espaços escolares. Como argumentamos no parágrafo acima, essa é uma questão conflituosa que pode indicar subordinação da escola às eSF. E conforme as falas dos professores, durante a formação, não é uma realidade em seus cotidianos as ações das eSF – e, nesse sentido, nos parece que essas equipes pouco têm

⁹⁷ A professora atua em um projeto da Secretaria de Saúde de Vitória denominado Serviço de Orientação ao Exercício (SOE). O serviço oferece uma gama de práticas corporais nos vários módulos espalhados pela cidade. Maiores informações podem ser acessadas no sítio eletrônico: <http://www.vitoria.es.gov.br/cidadao/orientacao-ao-exercicios>.

participado na promoção da saúde nesses espaços e quando participam as ações têm se mostrado diretas.

Na discussão acerca do PSE, a relação entre escola e UBS é uma preocupação dos professores. A aproximação realizada, a partir do trabalho da professora Daiana, ocorreu quando o grupo escolar deixou passar a data de uma gincana devido a uma desorganização interna.

Quando a escola resolveu se organizar eu falei: vamos fazer uma coisa direito, vamos fazer uma gincana com uma proposta que não seja só de brincadeira e que tenha uma questão de estudo. Eu estive na UBS (durante o curso) pra buscar informação, aí me chamou atenção uns cartazes da gincana da dengue, gincana do lixo. Aí perguntei como estava funcionando isso. [...] Fui conversar com a enfermeira e ela me deu uma cópia do projeto. Aí falei: a nossa gincana tem tudo a ver com o que vocês vão fazer. [...] Aí fizemos essa parceria. (Entrevista professora Daiana).

A professora adotou uma postura de mediadora, conforme o relato. Ela tem muita influência e uma atuação de ampla visibilidade na comunidade escolar em que atua. Sua atitude foi fundamental na instituição da parceria com a UBS. É interessante ressaltar que a gincana foi integrada a uma ação intersetorial que envolveu a atuação de professores e profissionais da UBS. A educação para a saúde foi trabalhada na dimensão ecológica (KOTTMANN; KÜPPER, 1999) a partir da temática do lixo. Os alunos perceberam a importância de possuírem espaços mais saudáveis e livres de focos da dengue. Vale ressaltar que, conforme relata a professora Daiana, essa ação não teve um caráter eminente de combate a doenças em voga ou epidemias. Antes disso, foi uma ação recreativa, cultural e de estudo que envolveu as demais disciplinas da escola com jogos e atividades.

Ações como essa fortalecem a ideia principal do PSE de articular as ações da escola com as da UBS (BRASIL, 2007), contudo sem o estigma da subordinação de uma à outra. Nesse sentido, a EF participa, na pessoa da professora, enquanto agente responsável por mediar o processo de desenvolvimento de ações conjuntas com as equipes dessas instituições públicas. Além do desenvolvimento de projetos e unidades de ensino com um enfoque na educação para a saúde, o professor de EF pode assumir uma coautoria em eventos educacionais que estejam preocupados em promover saúde em um contexto compartilhado pelas redes de atenção básica da educação e da saúde.

Considerações finais

A partir dos dados produzidos, consideramos ser o PSE uma iniciativa importante que vem ganhando força nos âmbitos político e social. Madel Luz (2007) resalta que a inclusão de programas pluridisciplinares, ousados e inovadores no SUS se apresentam como indicativo da ampliação do sistema, nos últimos dez anos. Sob esse ponto de vista, o PSE pode contribuir significativamente ao se apresentar enquanto uma ferramenta para a operacionalização de ações voltadas à educação para a saúde.

Porém, o PSE pode ter até mesmo um efeito negativo, se tomado como mais um programa exógeno “empurrado” para dentro da escola. Um fato como esse pode ocorrer quando o programa não é alvo de discussão e apropriação pelos agentes escolares. Nesse sentido, pouco ainda está claro sobre o PSE para os profissionais da educação e da saúde. Portanto, coloca-se a necessidade do desenvolvimento de formações específicas para esses

públicos, a fim de capacitar os profissionais para agirem na concretização das ações previstas nesse programa.

A relação da EF com o PSE foi percebida, inicialmente, a partir do componente “Promoção das práticas corporais/atividade física”. Entretanto, essa ideia foi ampliada, uma vez que foi entendido que a EF pode colaborar, por exemplo, no desenvolvimento de ações voltadas a outros componentes do programa, sob a ótica da noção de educação para a saúde.

Por fim, percebe-se a necessidade de uma maior aproximação dos agentes escolares entre si e das escolas com as UBS, realizando um movimento de expansão e potencialização das ações intersetoriais. Como procuramos apresentar, algumas ações nesse sentido já estão sendo realizadas. As análises indicam que professores de EF podem participar como mediadores desse processo, uma vez que tenham clareza sobre as ações do programa a serem desenvolvidas.

PHYSICAL EDUCATION OF RELATIONSHIPS BRAZILIAN’S SCHOOL HEALTH PROGRAM: VISIONS OF TEACHERS OF VITÓRIA/ES SCHOOLS

Abstract

Addresses the topic of education for health in public schools in the city of Vitória/ES, the Brazilian’s School Health Program (PSE) and its relationship to Physical Education (PE). A survey showed that no projects on the theme of health related to PE. This gave origin to a continued formation project with six PE teachers of this network, from the action research principles. According to the data produced despite the PE not be cited directly into the PSE documents, there are potential relationships to be developed. However, there is little clarity on the part of professionals in education and health on how to implement it. Which indicates the need for formations that empower these agents to develop the actions planned in the program.

Keywords: School Health. Health Promotion. Physical Education and Training.

RELACIONES DE LA EDUCACIÓN FÍSICA CON EL PROGRAMA DE SALUD ESCOLAR: VISIONES DEL PROFESORES DE LAS ESCUELAS DE VITÓRIA/ES

Resumen

Aborda el tema de la educación para la salud en las escuelas públicas de Vitória/ES, del Programa de Salud Escolar (PSE) y su relación con la Educación Física (EF). Una investigación mostró que no hay proyectos sobre el tema de la salud relacionada con la EF. Esto dio origen a un proyecto de formación continua con seis profesores de EF, a partir de los principios de la investigación acción. De acuerdo con los datos producidos y a pesar de la EF no estar directamente citada en los documentos del PSE, existen relaciones potenciales a desarrollar. Sin embargo, hay poca claridad por parte de los profesionales de la educación y salud sobre la manera de ponerla en práctica, lo que indica la necesidad de capacitación que permitan estos agentes desarrollar las acciones del programa.

Palabras-clave: Salud Escolar. Promoción de la Salud. Educación y Entrenamiento Físico.

Referências

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. **Cadernos Cedes**, ano XIX, n. 48, ago 1999. Acessado em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n48/v1948a05.pdf>>. Data de Acesso: 20 de mar. 2013.

_____. *et al.* **Pesquisa em ação: Educação Física na escola**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2007.

_____. Educação Física e Saúde Coletiva: reflexões pedagógicas. In: FRAGA, A. B.; CARVALHO, Y. M.; GOMES, I. M. **As práticas corporais no campo da saúde**. São Paulo: Hucitec, 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 de dezembro de 2007. Seção 1, p. 2.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009a.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. **Saúde na escola**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009b.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria Interministerial nº 1.910, de 8 de agosto de 2011. Estabelece o Termo de Compromisso Municipal como instrumento para o recebimento de recursos financeiros do PSE. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 de agosto de 2011a. Seção 1, p. 49-58.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. **Instrutivo PSE**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011b.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CARVALHO, Y. M. Entre o biológico e o social. Tensões no debate teórico acerca da saúde na Educação Física. **Motrivivência**, Florianópolis, ano XVII, n. 24, p. 97-105, jun 2005. Acessado em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/860/3890>>. Data de Acesso: 19 de jul. 2012.

_____. Saúde, sociedade e vida: um olhar da Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 153-168, mai 2006. Acessado em: <<http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/80/86>>. Data de Acesso: 19 de jul. 2012.

DAMICO, J. G. S.; KNUTH, A. G. O des(encontro) das práticas corporais e atividade física: hibridizações e borramentos no campo da saúde. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 329-350, jan/mar 2014. Acessado em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/39474/28355>>. Data de Acesso: 19 de fev. 2014.

ELLIOTT, J. **El cambio educativo desde la investigación-acción**. 3. ed. Madrid: Ediciones Morata, 2000.

FARIA, B. A. *et al.* Inovação pedagógica na EF: o que aprender com práticas bem sucedidas? **Ágora para la Educación Física y el Deporte**, v. 12, n. 1, p. 11-28, jan/abr 2010. Acessado em: <http://www5.uva.es/agora/revista/12_1/agora_12_la_faria_et_al.pdf>. Data de Acesso: 19 de jul. 2012.

_____. **As relações de reconhecimento social na cultura escolar: um caminho para compreensão da construção das identidades docentes**. Vitória, 2012. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2012.

FARINATI, P. T. V.; FERREIRA, M. S. Educação Física escolar e promoção da saúde: relatos de experiências. In: _____. FERREIRA, M. S. **Saúde, promoção da saúde e Educação Física: conceitos, princípios e aplicações**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

KNUTH, A. G.; AZEVEDO, M. R.; RIGO, L. C. A inserção de temas transversais em saúde nas aulas de Educação Física. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Florianópolis, v. 12, n. 3, p. 73-78, set/dez 2007. Acessado em: <<http://www.sbafs.org.br/artigos/60.pdf>>. Data de Acesso: 17 de jun. 2013.

KOTTMANN, L.; KÜPPER, D. Gesundheitserziehung. In: GÜNZEL, W.; LAGING, R. (Hersg.) (Band I). **Neus Taschenbuch des Sportunterrichts; Grundlagen und pädagogisches Orientierungen**. Baltmannsweliler: Schneider-Verl. Hohengehren. 1999, p. 235-252.

LUNARDI, V. L. Problematizando conceitos de saúde, a partir do tema da governabilidade dos sujeitos. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 26-40, jan 1999. Acessado em: <<http://www.seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/viewFile/4219/2229>..>. Data de Acesso: 28 de jun. 2014.

LUPTON, D. Corpos, prazeres e práticas do eu. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, jul/dez 2000.

LUZ, M. T. Educação física e saúde coletiva: papel estratégico da área e possibilidades quanto ao ensino na graduação e integração na rede de serviços públicos de saúde. In: FRAGA, A. B.; WACHS, F. (Org.). **Educação física e saúde coletiva: políticas de formação e perspectivas de intervenção**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 9-16.

MACHADO, T. S. *et al.* As práticas de desinvestimento pedagógico na EF escolar. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n.2, p. 129-147, abr./jun. 2010. Acessado em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/10495/892>>. Data de Acesso: 17 de jun. 2013.

OLIVEIRA, L. M. **Promoção da saúde na educação física escolar: concepções e propostas na perspectiva de professores do ensino público estadual da região centro-oeste do município**

de São Paulo. São Paulo, 2009. 142f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências da Saúde, Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, V. J. M. **Saúde na educação física escolar: ambivalência e prática pedagógica.** Vitória, 2014. 202f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2014.

SANTOS, R. A.; MEZZARROBA, C. Programa Saúde na Escola e sua relação com a Educação Física: uma análise documental. **Praxia**, Quirinópolis, v. 1, n. 4, out/dez 2013. Acessado em: <<http://www.prp.ueg.br/revista/index.php/praxia/article/view/2428/1556>>. Data de Acesso: 10 de mai. 2014.

SILVA, L. A. **O papel da educação como geradora de saúde nos alunos do ensino fundamental.** 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2012.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

Recebido em: 28/11/2014

Revisado em: 19/05/2015

Aprovado em: 06/08/2015

Endereço para correspondência:

Valter Bracht

valter.bracht@pq.cnpq.br

Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, 514,

Goiabeiras | Vitória - ES - CEP 29075-910